

DECISÃO NORMATIVA Nº. 013/2019-TCE/AP

Dispõe acerca das unidades jurisdicionadas cujos responsáveis terão as contas de 2019 julgadas pelo Tribunal, especificando a forma, os prazos de entrega e os conteúdos das peças complementares que comporão os processos de contas desse exercício, nos termos do art. 5º, da Instrução Normativa nº 01, de 20 de setembro de 2017.

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAPÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 111, § 1º e 112, da Constituição do Estado do Amapá e pelo art. 26, XX, da Lei Complementar nº. 010, de 20 de setembro de 1995;

Considerando o comando do art. 5º, da Instrução Normativa nº. 01, de 20 de setembro de 2017, o disposto nos artigos 3º e 18, da Resolução Normativa nº. 176/2018 – TCE/AP, o conteúdo dos documentos 06701/2019, 06664/2019, 06769/2019, 06688/2019, 06639/2019 e 06460/2019 elaborados pelas Inspetorias de Controle Externo, bem como o documento 05960/2019 elaborado pela Controladoria Geral do Estado do Amapá, resolve:

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES E ABRANGÊNCIA

Art. 1º. As disposições desta decisão normativa aplicam-se às unidades jurisdicionadas estaduais e municipais cujos responsáveis terão as contas do exercício de 2019 julgadas pelo Plenário do TCE, bem como aos respectivos órgãos de controle interno, que devem obedecer, ainda, às disposições da Instrução Normativa nº. 01/2017 – TCE/AP.

§1º. Os responsáveis pelas unidades jurisdicionadas relacionadas no Anexo I, Partes A e B, desta decisão, arrolados nos termos do art. 10, da Instrução Normativa nº. 01/2017 – TCE/AP, terão as contas do exercício de 2019 julgadas pelo Tribunal com base na competência prevista no inciso II e III do art. 112 da Constituição do Estado do Amapá e de acordo com as disposições do art. 41, da Lei Complementar nº 010/1995.

§2º. As contas do Tribunal de Contas serão julgadas pela Assembleia Legislativa, nos termos do art. 95, XVII, da Constituição Estadual.

§3º. As unidades jurisdicionadas não relacionadas no Anexo I, Partes A e B, não terão processo de contas ordinárias do exercício 2019 constituído para julgamento, salvo ocorrência de fato que enseje decisão específica do conselheiro relator das contas da unidade pela constituição de processo de contas desse exercício para julgamento, sem prejuízo da manutenção das demais formas de fiscalização exercidas pelos controles interno e externo.

§4º. Na determinação de julgamento referida no parágrafo anterior, o conselheiro relator fixará os prazos para a apresentação e os conteúdos das peças de que trata o art. 2º.

§5º. Os responsáveis pelas unidades relacionadas no Anexo I deverão encaminhar aos respectivos órgãos de controle interno cópia do relatório de gestão, imediatamente após a sua apresentação ao Tribunal.

DA APRESENTAÇÃO E ADMISSIBILIDADE DAS PEÇAS COMPLEMENTARES

Art. 2º. Os responsáveis pelas unidades jurisdicionadas, os órgãos de controle interno e as demais instâncias obrigadas a se pronunciarem sobre as contas de que trata o art. 1º devem apresentar as peças complementares ao relatório de gestão, observando os conteúdos fixados nos anexos desta decisão normativa, conforme a seguir:

I - rol de responsáveis, nos termos dos artigos 10 e 11 da Instrução Normativa nº. 01/2017 – TCE/AP e do art. 7º e Anexo II desta decisão normativa, fazendo os ajustes que forem necessários no rol anexo ao relatório de gestão;

II – o parecer da unidade de auditoria interna ou de auditor interno, observado o disposto no Anexo III;

III - relatório de auditoria, observado o disposto no Anexo IV;

IV - certificado de auditoria, observado o disposto no Anexo V;

V - parecer do dirigente do órgão de controle interno, observado o disposto no Anexo VI;

VI - pronunciamento do dirigente máximo da unidade jurisdicionada, atestando haver tomado conhecimento das conclusões contidas no parecer do dirigente do órgão de controle interno competente sobre o desempenho e a conformidade da gestão da unidade, conforme disposto no Anexo VII.

§1º. Os responsáveis pela elaboração das peças relacionadas nos incisos II, III, IV e V deste artigo, devem expressar opinião sobre a gestão integral das unidades relacionadas no Anexo I, ainda que se utilizem de amostras, de forma a proporcionar visão sistêmica das principais ações empreendidas pelos gestores no exercício de 2019 e dos resultados delas decorrentes.

§2º. Para fins de constituição do processo de contas pelo Tribunal, será considerado o relatório de gestão enviado nos termos da Decisão Normativa referida no art. 4º, da Instrução Normativa nº. 01/2017 – TCE/AP, ficando as unidades jurisdicionadas relacionadas no Anexo I, Partes A e B, desta decisão normativa dispensadas do seu reenvio no momento da entrega das peças complementares de que trata o *caput* deste artigo.

§3º. Para fins de envio ao Tribunal, as peças de que trata o *caput* deste artigo devem ser organizadas por unidade jurisdicionada relacionada no Anexo I desta decisão normativa, observando-se a ordem estabelecida nos referidos incisos e também:

I - no caso de contas apresentadas na forma consolidada, as peças devem ser elaboradas para a unidade consolidadora, porém, deve-se considerar também os fatos

relevantes da gestão de unidade consolidada para fins de opinião;

II - no caso de contas apresentadas na forma agregada, as peças devem ser elaboradas para a unidade agregadora e para cada unidade agregada, separadamente.

§4º. As unidades de controle interno, secretarias, assessorias ou equivalentes, integrantes da estrutura dos Poderes Legislativo e Judiciário, assim como do Ministério Público e Tribunal de Contas, em razão de desempenharem nas contas o papel de órgão de controle interno disposto no art. 114, da Constituição do Estado do Amapá, estão dispensadas da elaboração do parecer de que trata o item 1 do Anexo III desta decisão normativa.

§5º. As unidades referidas no § 4º deste artigo podem, sem prejuízo do disposto nesse mesmo parágrafo, incluir no relatório de auditoria informações consideradas relevantes sobre sua atuação, funcionamento e relacionamento com a alta administração da unidade jurisdicionada.

§6º. As peças a que se referem o art. 13, III, da Instrução Normativa nº. 01/2017 – TCE/AP tiveram formato, conteúdo e momento de entrega estabelecidos na Decisão Normativa que dispôs acerca dos relatórios de gestão.

§7º. As peças de que trata o *caput* devem ser apresentadas presencialmente em mídia eletrônica ou via e-mail (protocolo@tce.ap.gov.br), observado o seguinte:

I – O ofício de encaminhamento poderá ser físico ou digitalizado, devidamente assinado pela autoridade máxima dirigente que efetuar a remessa. As demais peças deverão ser enviadas exclusivamente em formato eletrônico, observado o disposto no Anexo VIII.

II – Se o envio ocorrer em formato totalmente eletrônico, mediante remessa por e-mail, o ofício e as demais peças que exigirem assinatura serão assinados por meio de certificado digital.

Art. 3º. As desconformidades das peças referidas no art. 13, da Instrução Normativa nº. 01/2017 – TCE/AP serão tratadas da seguinte forma:

I - as peças que estiverem em desacordo com as formas e os conteúdos definidos serão devolvidas à unidade jurisdicionada responsável ou ao órgão de controle interno para realização dos ajustes necessários, devendo reapresentar a peça corrigida no prazo de 15 (quinze) dias, prorrogável por igual período;

II - a não correção das falhas no prazo fixado de acordo com o inciso anterior sujeitará os responsáveis à multa prevista no art. 85, da Lei Complementar nº. 010/1995, sem prejuízo do disposto no art. 5º;

III - as desconformidades dos relatórios de gestão com os dispositivos da decisão normativa a que se refere o art. 4º, da Instrução Normativa nº. 01/2017 – TCE/AP observadas pelo órgão de controle interno devem ser reportadas no relatório de auditoria, que pode contemplar, ainda, os esclarecimentos oferecidos pelos responsáveis a esse respeito;

IV - o órgão de controle interno deve avaliar a pertinência de considerar as desconformidades de que trata o inciso anterior na opinião a ser expressa no certificado de auditoria.

Art. 4º. Quando for deferida prorrogação de prazo para entrega do relatório de gestão com base na solicitação prevista no art. 8º, da Instrução Normativa nº. 01/2017 – TCE/AP, o prazo fixado no Anexo I desta decisão normativa para apresentação das peças complementares ficará automaticamente prorrogado por igual período.

Art. 5º. Os responsáveis pelas unidades jurisdicionadas relacionadas no Anexo I, Partes A e B, desta Decisão Normativa somente se desincumbirão do dever de prestar contas após decisão de admissibilidade proferida pelo Relator sobre o relatório de gestão e sobre as peças complementares.

§1º. Em caso de omissão do órgão de controle interno, a responsabilização do dirigente da unidade somente será afastada se comprovar, cumulativamente, que não possuía a atribuição de implementação, supervisão ou gerência sobre o referido órgão de controle interno e que representou à autoridade competente acerca da irregularidade, sem prejuízo da responsabilidade solidária prevista no art. 78, da Lei Complementar nº 010, de 20 de setembro de 1995.

§2º. Quando houver omissão pela não entrega ou não admissibilidade do relatório de gestão, o procedimento seguirá o rito estabelecido no Capítulo IV da Resolução Normativa nº. 176/2018 – TCE/AP, inclusive para aquelas unidades não relacionadas no Anexo I.

Art. 6º. As unidades jurisdicionadas relacionadas no Anexo I desta decisão normativa que tenham suprimido do relatório de gestão informações sujeitas a sigilo por expressa disposição legal devem manter tais informações sob sua guarda e franquear acesso ao Tribunal e ao órgão de controle interno respectivo, quando solicitado.

DA COMPOSIÇÃO DO ROL DE RESPONSÁVEIS E RESPONSABILIZAÇÃO

Art. 7º. Para fins do julgamento a que se refere o art. 41, da Lei Complementar nº 010/1995, consideram-se responsáveis os titulares e substitutos que desempenharam, no exercício de 2019, pelo menos uma das naturezas de responsabilidade especificadas no *caput* do art. 10, da Instrução Normativa nº. 01/2017 – TCE/AP.

§1º. O rol das contas consolidadas, conforme classificação do Anexo I, Partes A e B, somente poderá conter responsáveis que desempenharam as naturezas de responsabilidade especificadas no *caput* do art. 10, da Instrução Normativa nº. 01/2017 – TCE/AP na unidade jurisdicionada consolidadora.

§2º. Excetua-se do disposto no parágrafo anterior o rol de responsáveis de Secretaria estadual, municipal ou órgão equivalente que, conforme Anexo I, Partes A e B, consolide a gestão de outras secretarias, fundos ou órgãos, no qual devem ser incluídos também os dirigentes máximos e respectivos substitutos das secretarias, fundos ou órgãos cujas gestões tenham sido consolidadas.

§3º. No caso de contas classificadas como agregadas no Anexo I, Partes A e B, a unidade jurisdicionada agregadora e as agregadas deverão constituir, de forma separada para cada unidade, rol com os responsáveis que desempenharam as naturezas de responsabilidade especificadas no *caput* do art. 10, da Instrução Normativa nº. 01/2017 – TCE/AP.

§4º. O responsável substituto de que trata o *caput* poderá constar do rol somente se tiver efetivamente exercido a substituição do titular no exercício de referência das contas, situação em que deverão ser informados os períodos.

DA AUDITORIA NAS CONTAS

Art. 8º. A auditoria anual nas contas é o conjunto de todos os trabalhos de auditoria desenvolvidos pela função de auditoria interna dos órgãos e entidades que compõem o Sistema de Controle Interno das unidades jurisdicionadas, ou ainda em colaboração ou cooperação entre estes e as auditorias independentes, de acordo com seus planos anuais de auditoria e de controle.

Parágrafo único. O dirigente máximo da unidade jurisdicionada deve garantir o amplo acesso do órgão de controle interno às informações sobre a gestão necessárias para a certificação das contas.

Art. 9º. A auditoria anual nas contas tem por objetivo fomentar a boa governança pública, aumentar a transparência, provocar melhorias na prestação de contas dos órgãos e entidades estaduais e municipais, induzir a gestão pública para resultados e fornecer opinião sobre como as contas devem ser julgadas.

§1º. As conclusões da auditoria devem ter como base a análise:

I - da legalidade, legitimidade e economicidade dos atos de gestão;

II - a confiabilidade e efetividade dos controles internos relacionados à consecução dos objetivos institucionais e à elaboração das demonstrações contábeis e de relatórios financeiros;

III - o desempenho da gestão;

IV - a exatidão das demonstrações contábeis.

§2º. O órgão de controle interno deve buscar a adoção de padrões internacionais na condução da auditoria nas contas, especialmente aqueles relacionados a trabalhos de asseguarção, de forma a garantir a credibilidade e aumentar a segurança dos resultados aos usuários dos produtos da auditoria empreendida.

Art. 10. No planejamento da auditoria nas contas, o órgão de controle interno deve considerar o contexto e as particularidades da gestão da unidade jurisdicionada auditada, tendo ainda como referência, para a definição do escopo:

I - o exercício a que se referem as contas auditadas;

II - os conteúdos exigidos nos relatórios de gestão das unidades jurisdicionadas nas Partes Geral e Específica do Anexo III da decisão normativa a que se refere o art. 4º, da Instrução Normativa nº. 01/2017 – TCE/AP;

III - os conteúdos indicados no Quadro 1 do Anexo III desta decisão normativa;

IV - os trabalhos de acompanhamento da gestão realizados com base nas competências estabelecidas nos incisos I, II e III do art. 114, da Constituição do Estado do Amapá.

§1º. O órgão de controle interno deve se utilizar de abordagem baseada em risco para definição do escopo da auditoria e da extensão dos procedimentos a serem aplicados.

§2º. O órgão de controle interno pode, sempre que necessário para a robustez da opinião sobre a gestão da unidade auditada, utilizar amostragem estatística ou por julgamento (não-estatística) para representar adequadamente o universo sobre o qual a opinião será emitida.

§3º. No caso de utilização de amostragem estatística por unidade monetária, o órgão de controle interno deve, para o cálculo do tamanho da amostra, determinar o nível de irregularidade tolerável com base na materialidade definida nos termos do § 4º deste artigo.

§4º. Na ocorrência de irregularidade quantificável financeiramente, o órgão de controle interno deve determinar, com base na despesa empenhada total da unidade auditada, o corte de materialidade para fins de definição da relevância e do impacto da irregularidade na gestão como um todo.

§5º. Na ocorrência de irregularidade não quantificável, o órgão de controle interno deve considerar, para fins de definição da relevância, o potencial prejuízo no cumprimento dos objetivos estratégicos da unidade auditada, bem como a frequência de sua ocorrência, descrevendo a metodologia utilizada para tal definição.

§6º. As unidades técnicas do Tribunal podem, em comum acordo com os respectivos órgãos de controle interno e em razão da necessidade de acompanhamento de aspecto específico e relevante da gestão da unidade auditada, propor ajustes no escopo da auditoria nas contas.

§7º. Para fins de registro, o acordo celebrado entre a unidade técnica e o órgão de controle interno de que trata o § 6º deste artigo configurará peça do processo de contas da unidade auditada.

§8º. O órgão de controle interno deve, em relação aos conteúdos específicos exigidos da unidade auditada na Parte Específica do Anexo III da decisão normativa a que se refere o art. 4º, da Instrução Normativa nº. 01/2017 – TCE/AP, avaliar as informações prestadas pelos dirigentes, no mínimo, quanto à completude e à veracidade.

Art. 11. O relatório de auditoria deve se orientar pelos requisitos de clareza, convicção, concisão, completude, exatidão, relevância, tempestividade e objetividade e deve conter elementos suficientes para a compreensão do objetivo, do escopo e das limitações do escopo da auditoria.

§1º. O órgão de controle interno deve detalhar no relatório de auditoria a metodologia utilizada para a avaliação dos conteúdos da gestão da unidade auditada e, quando for o caso, para a escolha de amostras.

§2º. A opinião emitida pelo órgão de controle interno deve estar suportada por evidência suficiente e adequada.

§3º. Caso não tenha obtido evidência suficiente e adequada em decorrência de restrição de acesso a informações ou omissão do auditado, o órgão de controle interno pode se abster de emitir opinião no certificado de auditoria, desde que faça constar do relatório de auditoria todas as iniciativas adotadas para a tentativa de emissão de opinião sobre a gestão dos responsáveis.

§4º. Para a emissão de opinião pela irregularidade das contas, o órgão de controle interno deve avaliar a representatividade da irregularidade verificada com base no corte de materialidade estabelecido no planejamento e nos seus efeitos na gestão integral da unidade auditada.

§5º. Os atos de gestão praticados com impropriedade por responsáveis arroláveis conforme o art. 10, da Instrução Normativa nº. 01/2017 – TCE/AP e o art. 7º, desta decisão normativa, que indiquem a ressalva ou irregularidade das contas, devem ser caracterizados com, no mínimo, os elementos que compõem a matriz de responsabilização constante do Quadro 2 do Anexo IV desta norma, a qual deverá ser anexada ao relatório de auditoria.

§6º. Caso seja identificada irregularidade cometida por responsável não arrolável no processo de contas, conforme disposto no art. 10, da Instrução Normativa nº. 01/2017 – TCE/AP e art. 7º desta decisão normativa, ou relativa a fato ocorrido fora do período de abrangência das contas em análise, após esgotadas as possibilidades de apuração e responsabilização no âmbito administrativo interno, o órgão de controle interno deve representar ao Tribunal de Contas do Estado nos termos do § 1º do art. 114, da Constituição do Estado do Amapá, c/c o art. 78, da Lei Complementar nº. 010/1995 e com o inciso III do art. 101, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Amapá.

§7º. Sem prejuízo das providências indicadas no parágrafo anterior, o órgão de controle interno poderá informar, em capítulo específico do relatório de auditoria, síntese das irregularidades cometidas por responsáveis não arroláveis ou ocorridas fora do período de abrangência das contas em análise, avaliando os possíveis reflexos de tais irregularidades no julgamento da gestão dos responsáveis arrolados e indicando as providências adotadas para saná-las.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. Os órgãos de controle interno e as unidades de auditoria interna podem encaminhar até 15/06/2020 sugestões para a elaboração das peças e conteúdos de que

tratará a decisão normativa prevista no art. 5º, da Instrução Normativa nº. 01/2017 – TCE/AP, relativa às contas do o exercício de 2020.

Art. 13. Esta decisão normativa entra em vigor na data de sua publicação e se aplica à constituição dos processos de contas ordinárias referentes ao exercício de 2019.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Amapá, Plenário *Conselheiro José Veríssimo Tavares*, em Macapá/AP, 13ª Sessão Administrativa de 2019, realizada no dia 22 de novembro de 2019.

Conselheiro MICHEL HOUAT HARB
Presidente

Conselheiro REGILDO WANDERLEY SALOMÃO
Relator

RACHEL BARBALHO RIBEIRO DA SILVA
Procuradora-Geral de Contas

ANEXO I

PARTE A – UNIDADES JURISDICIONADAS ESTADUAIS

UNIDADES JURISDICIONADAS ESTADUAIS QUE TERÃO PROCESSOS DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2019 CONSTITUÍDOS	Classificação (art. 6º da IN TCE/AP nº 01/2017)	DATA LIMITE
PODER LEGISLATIVO		
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA		
ADMINISTRAÇÃO DIRETA		
Órgão Público		
Assembleia Legislativa (AL).	Individual	30/9/2020
TRIBUNAL DE CONTAS		
ADMINISTRAÇÃO DIRETA		
Órgão Público		
Tribunal de Contas (TCE), consolidando as informações sobre a gestão do Fundo de Modernização do Tribunal de Contas do Estado do Amapá (FMTCE).	Consolidado	30/9/2020
PODER JUDICIÁRIO		
TRIBUNAL DE JUSTIÇA		
ADMINISTRAÇÃO DIRETA		
Órgão Público		
Tribunal de Justiça (TJ), consolidando as informações sobre a gestão do Fundo de Manutenção e Reparelhamento da Justiça (FMRJ) e do Fundo de Apoio aos Juizados da Infância e da Juventude (FAIJJ).	Consolidado	30/9/2020
MINISTÉRIO PÚBLICO		
ADMINISTRAÇÃO DIRETA		
Órgão Público		
Procuradoria Geral de Justiça (PGJ), consolidando as informações sobre a gestão do Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.	Consolidado	30/9/2020
PODER EXECUTIVO		
GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ		
ADMINISTRAÇÃO DIRETA		
Órgão Público		
Defensoria Pública do Estado (DPE/AP).	Individual	31/8/2020
Secretaria de Estado da Administração (SEAD)	Individual	31/8/2020
Secretaria de Estado da Educação (SEED), consolidando as informações sobre a gestão do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). ¹	Consolidado	30/9/2020
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural (SDR), consolidando as informações sobre a gestão do Fundo de Desenvolvimento Rural do Amapá (FRAP).	Consolidado	31/8/2020

Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ), consolidando as informações da gestão da Secretaria Adjunta da Receita Estadual (SARE) e da Secretaria Adjunta do Tesouro Estadual (SATE).	Consolidado	30/9/2020
Secretaria de Estado da Infraestrutura (SEINF).	Individual	30/9/2020
Secretaria de Estado do Transporte (SETRAP)	Individual	30/9/2020
Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA), consolidando as informações da gestão do Fundo Estadual de Recursos para o Meio Ambiente (FERMA) e do Fundo de Recursos Hídricos do Amapá (FERH).	Consolidado	31/8/2020
Secretaria de Estado da Saúde (SESA), consolidando as informações da gestão do Fundo Estadual de Saúde (FES).	Consolidado	30/9/2020
Sistema Integrado de Atendimento ao Cidadão (SIAC), consolidando as informações sobre a gestão das unidades Super-Fácil.	Consolidado	31/8/2020
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		
Serviço Social Autônomo		
Amapá Previdência (AMPREV), consolidando as informações sobre a gestão dos Planos Previdenciário e Financeiro.	Consolidado	30/9/2020
Autarquia		
Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN).	Individual	31/8/2020
Sociedade de Economia Mista		
Companhia de Água e Esgoto do Amapá (CAESA).	Individual	30/9/2020
Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA).	Individual	30/9/2020

¹ Reinclusão do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) na prestação de contas consolidada da SEED.

PARTE B (ANEXO I) – UNIDADES JURISDICIONADAS MUNICIPAIS

UNIDADES JURISDICIONADAS MUNICIPAIS QUE TERÃO PROCESSOS DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2018 CONSTITUÍDOS	Classificação (art. 6º da IN TCE/AP nº 01/2017)	DATA LIMITE
PODER EXECUTIVO		
MUNICÍPIO DE MACAPÁ		
ADMINISTRAÇÃO DIRETA		
Órgão Público		
Secretaria Municipal de Educação, consolidando as informações sobre a gestão dos recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Educação.	Consolidado	31/8/2020
Secretaria Municipal de Saúde, consolidando as informações sobre a gestão do Fundo Municipal de Saúde.	Consolidado	30/9/2020
Secretaria Municipal de Administração	Individual	31/8/2020
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		
Autarquia		
Companhia de Trânsito e Transporte de Macapá.	Individual	31/8/2020
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		
Fundação Pública		
Fundação Macapá Previdência (MACAPAPREV).	Individual	30/9/2020
MUNICÍPIO DE OIAPOQUE		
ADMINISTRAÇÃO DIRETA		
Órgão Público		
Secretaria Municipal de Educação, consolidando as informações sobre a gestão dos recursos do Fundo Municipal de Educação.	Consolidado	31/8/2020
MUNICÍPIO DE SANTANA		
ADMINISTRAÇÃO DIRETA		
Órgão Público		
Secretaria Municipal de Educação, consolidando as informações sobre a gestão dos recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Educação.	Consolidado	31/8/2020
Secretaria Municipal de Saúde, consolidando as informações sobre a gestão do Fundo Municipal de Saúde.	Consolidado	31/8/2020

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		
Autarquia		
Instituto de Previdência Social do Município de Santana (SANPREV).	Individual	30/9/2020
MUNICÍPIO DE PORTO GRANDE		
ADMINISTRAÇÃO DIRETA		
Órgão Público		
Secretaria Municipal de Educação, consolidando as informações sobre a gestão do Fundo Municipal de Educação.	Consolidado	31/8/2020
MUNICÍPIO DE CALÇOENE		
ADMINISTRAÇÃO DIRETA		
Órgão Público		
Secretaria Municipal de Educação e Cultura, consolidando as informações sobre a gestão do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Educação.	Consolidado	31/8/2020
MUNICÍPIO DE MAZAGÃO		
ADMINISTRAÇÃO DIRETA		
Órgão Público		
Secretaria Municipal de Educação, consolidando as informações sobre a gestão dos recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Educação.	Consolidado	31/8/2020

ANEXO II

ROL DE RESPONSÁVEIS

O rol de responsáveis é peça de apresentação obrigatória pelas unidades jurisdicionadas relacionadas no Anexo I desta decisão normativa, conforme estabelece o art. 27, § 2º, da Lei Complementar nº 010/1995, e deve obedecer às disposições dos arts. 10 e 11 da IN TCE/AP 01/2017 e o art. 7º desta decisão normativa.

Para fins de elaboração do rol de responsáveis, as unidades jurisdicionadas devem observar o seguinte:

- a) restringir o rol às naturezas de responsabilidade estabelecidas no art. 10 da IN TCE/AP 01/2017;
- b) no caso de cargos de direção de nível de hierarquia imediatamente inferior ao do dirigente máximo de que trata o inciso II do art. 10 da IN TCE/AP 01/2017, observar que devem ser cargos sucessivos na estrutura de cargos da unidade jurisdicionada;
- c) os órgãos de *staff* (de apoio, consultoria e assessoria) devem ser desconsiderados para fins de definição do rol de responsáveis;
- d) utilizar o quadro a seguir como referência.

ROL DE RESPONSÁVEIS

UNIDADE JURISDICONADA					
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:				CPF:	
Endereço Residencial:					
Município:			UF:		CEP:
Telefone:		Cel:		E-mail:	
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCE/AP 01/2017)					
Nome do Cargo ou Função:					
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim

ANEXO III

ITEM	RELATÓRIOS E PARECERES	UJ OBRIGADAS A APRESENTAR
1.	<p>Parecer da unidade de auditoria interna ou de auditor interno sobre a prestação de contas, que deve contemplar a síntese das avaliações e dos resultados que fundamentaram a opinião, e também:</p> <p>a) demonstração de como a área de auditoria interna está estruturada; como é feita a escolha do titular; qual o posicionamento da unidade de auditoria na estrutura da unidade jurisdicionadas (UJ);</p> <p>b) avaliação da capacidade de os controles internos administrativos da UJ identificarem, evitarem e corrigirem falhas e irregularidades, bem como de minimizarem riscos inerentes aos processos relevantes;</p> <p>c) descrição das rotinas de acompanhamento e de implementação, pela UJ, das recomendações da auditoria interna;</p> <p>d) informações sobre a existência ou não de sistemática e de sistema para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna;</p> <p>e) informações sobre como se certifica de que a alta gerência toma conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e assume, se for o caso, os riscos pela não implementação de tais recomendações;</p> <p>f) descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria sobre riscos considerados elevados decorrentes da não implementação das recomendações da auditoria interna pela alta gerência;</p> <p>g) informações gerenciais sobre a execução do plano de trabalho da auditoria interna do exercício de referência das contas;</p> <p>h) informações sobre a confiabilidade das demonstrações contábeis, demonstrando as eventuais inconsistências verificadas, bem como a estratégia e os procedimentos adotados para a verificação.</p>	<p>Unidades relacionadas no Anexo I desta decisão normativa classificadas nas seguintes naturezas jurídicas:</p> <p>i. da administração direta do Poder Executivo estadual, quando possuírem unidade de auditoria interna;</p> <p>ii. autarquias, inclusive os conselhos de fiscalização profissional;</p> <p>iii. fundações;</p> <p>iv. empresas públicas;</p> <p>v. sociedade de economia mista;</p> <p>vi. empresas controladas direta ou indiretamente pelo Estado, inclusive empresas encampadas ou sob intervenção estadual ou que, de qualquer modo, integram o patrimônio do Estado do Amapá ou de entidade pública estadual;</p> <p>vii. entidades que arrecadam ou gerenciam contribuições parafiscais;</p> <p>viii. organizações sociais regidas por contrato de gestão junto à administração pública.</p>

ANEXO IV

Quadro 1 – Conteúdos de referência para elaboração do relatório de auditoria

Item	AVALIAÇÕES PASSÍVEIS DE SEREM CONTEMPLADAS NO RELATÓRIO DE AUDITORIA
1.	Avaliação, considerando a natureza jurídica e o negócio da unidade jurisdicionada, da conformidade das peças exigidas nos incisos I e II do art. 13 da IN TCE/AP 01/2017 com as normas que regem a elaboração de tais peças.
2.	Avaliação dos resultados quantitativos e qualitativos da gestão, em especial quanto à eficácia e eficiência no cumprimento dos objetivos estabelecidos no PPA como de responsabilidade da UJ auditada, dos objetivos estabelecidos no plano estratégico, da execução física e financeira das ações da LOA vinculadas a programas temáticos, identificando as causas de insucessos no desempenho da gestão.
3.	<p>Avaliação dos indicadores instituídos pela unidade jurisdicionada para aferir o desempenho da sua gestão, pelo menos, quanto à:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) capacidade de representar, com a maior proximidade possível, a situação que a UJ pretende medir e de refletir os resultados das intervenções efetuadas na gestão; b) capacidade de proporcionar medição da situação pretendida ao longo do tempo, por intermédio de séries históricas; c) confiabilidade das fontes dos dados utilizados para o cálculo do indicador, avaliando, principalmente, se a metodologia escolhida para a coleta, processamento e divulgação é transparente e reaplicável por outros agentes, internos ou externos à unidade; d) facilidade de obtenção dos dados, elaboração do indicador e de compreensão dos resultados pelo público em geral; e) razoabilidade dos custos de obtenção do indicador em relação aos benefícios para a melhoria da gestão da unidade.
4.	<p>Avaliação da gestão de pessoas contemplando, em especial:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) adequabilidade da força de trabalho da unidade frente às suas atribuições; b) observância da legislação sobre admissão, remuneração, cessão e requisição de pessoal, bem como, se for o caso, sobre concessão de aposentadorias, reformas e pensões; c) consistência dos controles internos administrativos relacionados à gestão de pessoas; d) tempestividade e qualidade dos registros pertinentes no sistema contábil e nos sistemas corporativos obrigatórios; e) qualidade do controle da unidade jurisdicionada para identificar e tratar as acumulações ilegais de cargos; f) ações e iniciativas da unidade jurisdicionada para a substituição de terceirizados irregulares, inclusive estágio e qualidade de execução do plano de substituição ajustado com o Ministério do Planejamento.
5.	Avaliação da gestão das transferências concedidas mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros

	<p>acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, devendo abordar:</p> <p>a) a atuação da UJ para:</p> <ol style="list-style-type: none"> i. garantir que, na fase de concessão, os instrumentos reúnam requisitos afins com os objetivos da ação governamental; ii. fiscalizar a execução do objeto da avença, inclusive quanto à utilização de verificações físicas e presenciais; iii. analisar a prestação de contas dos convenientes ou contratados. <p>b) a suficiência das estruturas de pessoal e tecnológica para a gestão das transferências;</p> <p>c) a qualidade e suficiência dos controles internos administrativos instituídos pela UJ relacionados à gestão das transferências.</p>
6.	<p>Avaliação da gestão de compras e contratações, especialmente no que diz respeito à:</p> <ol style="list-style-type: none"> a) regularidade dos processos licitatórios e das contratações e aquisições feitas por inexigibilidade e dispensa de licitação; b) utilização de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços e obras; c) qualidade dos controles internos administrativos relacionados à atividade de compras e contratações; d) cumprimento do tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas, consoante a Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 e a legislação local que a regulamente.
7.	<p>Avaliação de passivos assumidos pela UJ sem previsão orçamentária de créditos ou de recursos, no mínimo, quanto à correção do cálculo do valor provisionado; às causas da assunção desses passivos; à capacidade de gerência dos responsáveis pela UJ sobre tais causas; aos esforços da UJ para minimizar ou evitar a ocorrência de passivos nessas condições.</p>
8.	<p>Avaliação objetiva sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ.</p>
9.	<p>Avaliação da gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, no mínimo, quanto à correção dos registros contábeis; à estrutura tecnológica e de pessoal para administrar o patrimônio e à qualidade dos controles internos administrativos instituídos pela UJ para a referida gestão.</p>
10.	<p>Avaliação da gestão da unidade jurisdicionada sobre as renúncias tributárias praticadas, especialmente sobre:</p> <ol style="list-style-type: none"> a) estrutura de controles internos administrativos instituída pela UJ para o gerenciamento das renúncias tributárias e verificação dos reflexos esperados nas políticas públicas; b) avaliação da estrutura da UJ para tratamento das prestações de contas de renúncias de receitas.
11.	<p>Avaliação da qualidade e suficiência dos controles internos administrativos instituídos pela unidade jurisdicionada com vistas a garantir que seus objetivos estratégicos sejam atingidos, considerando os seguintes elementos do sistema de controles internos da UJ:</p> <ol style="list-style-type: none"> a) ambiente de controle;

	b) avaliação de risco; c) atividades de controle; d) informação e comunicação; e) monitoramento.
12.	Avaliação da confiabilidade e efetividade dos controles internos relacionados à elaboração das demonstrações contábeis e de relatórios financeiros.
13.	Avaliação da política de acessibilidade da unidade auditada, especialmente em relação às medidas adotadas para cumprimento das exigências da Lei 10.098/2000, do Decreto 5.296/2004 e das normas técnicas da ABNT aplicáveis.

Quadro 2 – Matriz de Responsabilização

RESPONSÁVEL	PERÍODO DE EXERCÍCIO	CON-DUTA	CRITÉRIO	ACHADO	NEXO DE CAUSALIDADE	CONSIDERAÇÕES SOBRE A RESPONSABILIDADE DO AGENTE (CULPABILIDADE)

ORIENTAÇÕES PARA PREENCHIMENTO DO QUADRO 2

- I. **RESPONSÁVEL:** nome, CPF e Cargo/Função do responsável pela falha ou irregularidade.
- II. **PERÍODO DE EXERCÍCIO:** período efetivo de exercício no cargo ou função, como titular ou substituto.
- III. **CONDUTA:** ação ou omissão, culposa (por negligência, imprudência ou imperícia) ou dolosa (se o responsável teve a intenção de produzir o resultado ou ter assumido o risco de produzi-lo) praticada pelo responsável, observando o seguinte:
 - a) indicar a norma que especifique as atribuições dos cargos/funções (lei, decreto, estatuto, regimento interno, portaria, etc.);
 - b) para cada conduta irregular, deve-se preencher uma linha específica da matriz, mesmo que tal conduta tenha mais de um responsável a ela vinculados;
 - c) condutas repetidas de um mesmo gestor, desde que idênticas, podem ser agrupadas em linha única.
- IV. **CRITÉRIO:** leis, normas, regulamentos, planos, jurisprudência, entendimento doutrinário consolidado, referenciais aceitos ou tecnicamente validados, padrões que caracterizam como a atuação do responsável e a gestão deveriam ser.
- V. **ACHADO:** resultado da comparação entre a situação constatada pelo auditor e o critério estabelecido ou desejável para a situação e caracterizada como falha ou irregularidade com

gravidade suficiente para proposição de julgamento das contas com ressalva ou pela irregularidade, nos termos dos incisos II e III do art. 41 da Lei Complementar nº 010/1995 e conforme as definições a seguir:

a) FALHA: impropriedade ou falta de natureza formal que não tenha causado dano ao Erário, mas indique a necessidade de medidas corretivas;

b) IRREGULARIDADE: prática de ato de gestão ilegal, ilegítimo, antieconômico, ou infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial. Se for observada a ocorrência de DANO OU PREJUÍZO, o órgão de controle interno deve informar os valores originais correspondentes e a data da ocorrência.

VI. NEXO DE CAUSALIDADE (vínculo entre a conduta e o resultado ilícito): evidências de que a conduta do responsável contribuiu significativamente para o resultado ilícito, ou seja, de que foi uma das causas do resultado.

Para facilitar o preenchimento do campo "Nexo de Causalidade", deve-se fazer o seguinte exercício hipotético: *“se retirarmos do mundo a conduta do responsável, ainda assim o resultado teria ocorrido e, caso positivo, se teria ocorrido com a mesma gravidade”*.

VII. CONSIDERAÇÕES SOBRE A RESPONSABILIDADE DO AGENTE: significa a reprovabilidade da conduta do gestor. Este campo somente deve ser preenchido nos casos em que se concluir pela existência de elementos que caracterizem a responsabilidade do agente, observando o seguinte:

a) para preenchimento do campo "Considerações sobre a Responsabilidade do Agente", as declarações devem auxiliar o controle externo a responder as seguintes questões:

i. é possível afirmar que não houve boa-fé do gestor?

ii. o gestor praticou o ato após prévia consulta a órgãos técnicos ou, de algum modo, respaldado em parecer técnico?

iii. é razoável afirmar que era possível ao gestor ter consciência da ilicitude do ato que praticou?

iv. era razoável exigir do gestor conduta diversa daquela que ele adotou, consideradas as circunstâncias que o cercavam? Caso afirmativo, qual seria essa conduta?

b) quando for o caso, tecer considerações acerca da punibilidade do gestor (por exemplo: morte, o que impede a aplicação de multa, ou ainda, a existência de circunstâncias atenuantes ou agravantes, como, por exemplo, medidas corretivas ou reparatórias adotadas pelo gestor, existência de afirmações ou documentos falsos, etc.).

VIII. OUTRAS OBSERVAÇÕES:

a) todos os documentos que derem suporte à matriz de responsabilização e que, por isso, devam ser anexados ao processo de contas, devem ter sua localização referenciada no relatório de auditoria;

b) informar sobre providências adotadas por parte dos gestores e dirigentes no sentido de apurar as irregularidades, punir os culpados e restituir o dano ou prejuízo, bem como a instauração de Processo Administrativo Disciplinar e de Tomada de Contas Especial;

c) aplica-se esta matriz também aos responsáveis solidários, que devem sempre ser

arrolados desde o início do processo, para fins de audiência e citação no TCE.

d) este Quadro 2 deve ser elaborado utilizando-se a orientação “Paisagem” no leiaute da Página do editor de texto.

ANEXO V

CONTEÚDO DO CERTIFICADO DE AUDITORIA

O certificado de auditoria é peça de elaboração obrigatória para todas as unidades jurisdicionadas expressamente relacionadas no Anexo I desta decisão normativa, conforme estabelece o inciso III do art. 34 da Lei Complementar nº 010/1995, e deve ser elaborado pelos respectivos órgãos de controle interno em obediência ao disposto no inciso IV do art. 114 da Constituição do Estado do Amapá, c/c o inciso IV do art. 76 e inciso II do art. 77, ambos da Lei Complementar nº 010/95.

Para fins de elaboração do certificado de auditoria, os órgãos de controle interno devem observar o seguinte:

- a) o certificado deve ser identificado com os seguintes atributos, no mínimo:
 - i. número de controle do certificado;
 - ii. número do processo administrativo de registro da auditoria nas contas;
 - iii. nome da unidade auditada;
 - iv. nome da unidade jurisdicionada;
 - v. período das contas certificadas;
- b) devem-se informar, de forma sucinta e com referência ao relatório de auditoria, o escopo da auditoria, a metodologia utilizada para a avaliação da gestão dos responsáveis e as limitações que impediram ou prejudicaram a atuação da equipe de auditoria;
- c) a certificação pela **regularidade com ressalva** ou **irregularidade** deve ocorrer com base em achados relevantes no contexto da unidade auditada, os quais devem estar expressamente analisados no relatório de auditoria;
- d) deve-se individualizar cada responsável arrolado nas contas nos termos do art. 10 da IN TCE nº 01/2017, indicando-se a proposta de julgamento de suas contas (se regular, regular com ressalvas ou irregular) com base nas disposições do art. 41 da Lei Complementar nº 010/1995;
- e) se a proposta for pela **regularidade com ressalva** ou **irregularidade**, o certificado deve conter, de forma expressa e para cada responsável, descrição sucinta das falhas e irregularidades que fundamentam a proposta de julgamento, as quais devem estar caracterizadas na matriz de responsabilização de que trata o § 5º do art. 10 desta decisão normativa.

ANEXO VI

PARECER DO DIRIGENTE DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

O Parecer do Dirigente do Órgão de Controle Interno é peça de elaboração obrigatória para todas as unidades jurisdicionadas expressamente relacionadas no Anexo I desta decisão normativa, conforme estabelece o inciso III do art. 34 da Lei Complementar nº 010/1995, e deve ser elaborado pelos respectivos órgãos de controle interno em obediência ao disposto no inciso IV do art. 114 da Constituição do Estado do Amapá, c/c o inciso IV do art. 76 e inciso II do art. 77, ambos da Lei Complementar nº 010/95.

Para fins de identificação do Parecer do Dirigente do Órgão de Controle Interno, devem-se observar os seguintes requisitos:

- i. número de controle do relatório de auditoria em que se baseia;
- ii. número do processo administrativo de registro da auditoria nas contas;
- iii. nome da unidade auditada;
- iv. nome da autoridade a quem será dirigido o parecer;
- v. exercício das contas auditadas.

O objetivo do parecer é comunicar ao dirigente máximo da unidade auditada a síntese da avaliação feita pela equipe de auditoria. O dirigente da instância de controle interno deve informar, de forma sucinta e com base nas avaliações retratadas no relatório de auditoria, pelo menos acerca dos seguintes pontos:

- a) cumprimento das metas contidas nos planos (estratégico, tático ou operacional) para o exercício da unidade auditada;
- b) legalidade dos atos e dos resultados, quanto à eficácia, eficiência e economicidade, da gestão da unidade jurisdicionada;
- c) boas práticas da gestão da unidade auditada que mereçam divulgação ou compartilhamento com outras unidades afins da administração pública;
- d) falhas e irregularidades relacionadas a processos estruturantes da gestão que mereçam a atenção e eventualmente, a ação, do dirigente máximo da unidade jurisdicionada.

ANEXO VII

PRONUNCIAMENTO DO DIRIGENTE MÁXIMO

O Pronunciamento do Dirigente Máximo da unidade auditada é peça de elaboração obrigatória para todas as unidades jurisdicionadas expressamente relacionadas no Anexo I desta decisão normativa, conforme estabelece o art. 13, VII, e seu § 1º, da IN TCE/AP nº 01/2017 c/c art. 10, III, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Amapá.

Na elaboração do pronunciamento, o dirigente máximo da unidade deve:

- a) mencionar de forma expressa o nome da unidade jurisdicionada que terá as contas apreciadas ou julgadas pelo Tribunal; a identificação do Parecer do Dirigente do Órgão de Controle Interno de que tomou conhecimento; o exercício das contas a que se refere o pronunciamento;
- b) declarar de forma expressa que tomou conhecimento do conteúdo das contas e das conclusões do órgão de controle interno contidas no Parecer do Dirigente do Órgão de Controle Interno a respeito do desempenho e da conformidade da gestão da unidade auditada.

ANEXO VIII

REQUISITOS MÍNIMOS PARA A APRESENTAÇÃO DAS PEÇAS COMPLEMENTARES

As peças complementares deverão ser apresentadas por intermédio da sistemática eletrônica definida pelo Tribunal, contemplar os conteúdos e seguir as orientações fixadas nesta decisão normativa e, ainda, aos critérios a seguir:

A. REQUISITOS DO ARQUIVO ELETRÔNICO

1. Arquivo único;
2. Formato em *Portable Document Format* (PDF), padrão texto (pesquisável);
3. Nome do arquivo deve ser no formato: <Peças complementares 2019>_<nome reduzido da unidade auditada>.

B. APRESENTAÇÃO GRÁFICA

A organização física e visual das peças complementares deve considerar, entre outros aspectos, os seguintes:

1. Fonte do texto: *Times New Roman*, estilo normal, tamanho 12;
2. Fonte dos quadros e tabelas: *Times New Roman*, estilo normal, tamanho 10;
3. Formato do papel: A4 (210 x 297 mm);
4. Medidas de formatação do relatório:
 - a) Margem superior: 2,5 cm;
 - b) Margem inferior: 1,5 cm;
 - c) Margem direita: 1,5 cm;
 - d) Margem esquerda: 2,5 cm;
 - e) Espaçamento entre linhas (espaço): 1,15 cm
5. Os quadros e tabelas devem conter numeração em algarismo arábico, seguida do título, na parte superior, e ainda a indicação da fonte de onde foram extraídas as informações, que deve figurar na parte inferior, sem prejuízo da juntada das evidências, conforme item C deste anexo.
6. As peças complementares devem ser apresentadas na seguinte ordem:
 - a. relatório de auditoria do controle interno;
 - b. certificado de auditoria do controle interno;
 - c. parecer do controle interno;
 - d. pronunciamento do dirigente máximo
 - e. demais peças (se for o caso), ordenadas cronologicamente.
7. As páginas das peças complementares devem ser ordenadas, preferencialmente, de forma sequencial.

C. EVIDÊNCIAS

Todos os achados apontados pelo órgão de controle interno deverão indicar os responsáveis na forma do Anexo IV, quadro 2, bem como estar suportado em evidências apropriadas e suficientes.

Os documentos que evidenciem os achados deverão ser referenciados no corpo do relatório de auditoria e anexados ao final deste, obedecendo aos requisitos do arquivo eletrônico dispostos no item A deste anexo VIII.